

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PPP EM ESCOLAS DO EXTREMO SUL CATARINENSE

CONCEPTIONS AND PRACTICES OF PPP IN SCHOOLS OF THE SOUTH CATARINENSE EXTREME

Caroline Fenali Fernandes¹

Cristiane Martins²

Eliziane de Brittos³

Felipe Fabri Silveira⁴

Ricardo Luiz de Bittencourt⁵

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo evidenciar o projeto político pedagógico - PPP, na perspectiva do autor Vasconcellos (2000), e abordar as Tendências Pedagógicas, com base nos estudos de Libâneo (1990). Analisa-se a relação escola-aluno na formação do mesmo e da sociedade, bem como a importância da escolha da tendência pedagógica para o projeto político pedagógico da instituição escolar, na gestão e no processo ensino aprendizagem. Outra questão levantada no texto, a partir da pesquisa se refere à contribuição que a tendência pedagógica traz para a construção do PPP e consequentemente o conhecimento crítico do aluno, a partir da prática docente. A pesquisa teve caráter quantitativo e deu-se por meio de questionário com os gestores, coordenadores pedagógicos e orientadores das escolas de educação básica e privada de Criciúma e região. Assim, a partir de uma educação crítica e reflexiva, poderemos modificar o nosso meio e buscar a legitimidade dos direitos assegurados por leis que são exortadas em nosso país.

PALAVRAS CHAVES: PPP. Tendências Pedagógicas. Trabalho coletivo.

ABSTRACT: This paper aims to highlight the pedagogical political project - PPP, from the perspective of the author Vasconcellos (2000), and to approach the Pedagogical

¹ Acadêmica da 5ª fase do Curso de Pedagogia da UNESC. carol.fenali@gmail.com

² Acadêmica da 5ª fase do Curso de Pedagogia da UNESC. cristianemartins27@yahoo.com

³ Acadêmica da 5ª fase do Curso de Pedagogia da UNESC. teteuelizy@gmail.com

⁴ Acadêmico da 5ª fase do Curso de Pedagogia da UNESC. felipefabri201@hotmail.com

⁵ Doutor em Educação. Coordenador Adjunto do Curso de Pedagogia da UNESC. Coordenador do Pibid Subprojeto Interdisciplinar. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. Pesquisador do GEU UNESC. rlb@unesc.net

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018.– Curso de Pedagogia– UNESC

Trends, based on studies by Libâneo (1990). The school-student relationship in the formation of the same and of the society is analyzed, as well as the importance of the choice of the pedagogical tendency for the pedagogical political project of the school institution, in the management and in the learning teaching process. Another question raised in the text, from the research refers to the contribution that the pedagogical tendency brings to the construction of the PPP and consequently the critical knowledge of the student, from the teaching practice. The research had a quantitative character and was done by means of a questionnaire with the managers, pedagogical coordinators and guiding of the schools of basic and private education of Criciúma and region. Thus, through a critical and reflexive education, we can modify our environment and seek the legitimacy of the rights guaranteed by laws that are exhorted in our country.

KEYWORDS: PPP. Pedagogical Trends. Collective work.

1 INTRODUÇÃO

A escola como uma instituição social, tem por objetivo principal na sociedade formar sujeitos críticos capazes de transformar sua realidade, dessa forma, deve garantir o conhecimento científico aos mesmos. Contudo, para cumprir essa função social, se utiliza de um recurso que é a base de toda a concepção/tendências pedagógicas e metas defendidas pela instituição. O projeto político pedagógico⁶- PPP é um documento que exerce como um instrumento de gestão, e vai nortear orientar todas as atividades desenvolvidas.

Vasconcellos (2000) diz que o PPP é um processo sistemático, define a concepção do plano teórico da escola. É imprescindível destacar que o projeto político pedagógico, deve ser construído com base no contexto social, educacional e político da instituição com a participação de toda a comunidade escolar, haja vista que, quanto mais participação do grupo, maior a compreensão de todos.

Com o objetivo de descrever quais são as Tendências Pedagógicas brasileiras, contamos como referencial teórico de José Carlos Libâneo, Doutor em Educação no livro: “Democratização da Escola Pública”, de 1990. No texto, Libâneo apresenta as Tendências

⁶ A partir dessa menção, o PPP representa o Plano Político Pedagógico.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018.– Curso de Pedagogia– UNESC

Pedagógicas brasileiras e as representa em cada momento cultural e político que o País estava situado e as nuances de cada uma delas em seu processo.

Libâneo (1990) identifica o modo como se organizam as escolas a partir da escolha de uma concepção de ensino, que rege as normas e as regras estatais. Deste modo, no texto, o autor faz uma conversação entre o processo e as diferenças de uma para a outra, deixando a evidência que as tendências liberais e progressistas, são extremamente diferentes e que misturá-las seria um equívoco.

Ademais, Libâneo (1990) apresenta as Tendências Pedagógicas como Liberais e Progressistas, e demonstra como cada uma delas se manifestou. Dentro da Pedagogia Liberal, encontram-se as manifestações: Liberal Tradicional, Liberal Renovada Progressivista, Liberal Renovada Não Diretiva e Liberal Tecnicista. Na Pedagogia Progressista, manifestam-se: Progressista Libertadora, Progressista Libertária e Crítico-Social dos Conteúdos.

O artigo está organizado a partir do referencial teórico a partir da função social da escola, com base na proposta curricular de (1998), as tendências pedagógicas segundo Libâneo (1990) e o PPP segundo Vasconcellos (2000). Num segundo momento, a apresentação e análise de dados são organizadas em três categorias: 1º- sobre os sujeitos de pesquisa; 2º - concepções de PPP e 3º PPP em movimento, e em um terceiro momento, um fechamento com as considerações finais da pesquisa.

2 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

De acordo com a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998) a função social da escola:

[...] deve exercitar a democracia e a cidadania, enquanto direito social, através da apropriação e produção dos conhecimentos. Para tanto, faz-se necessária a busca de uma sociedade isenta de seletividade e discriminação, libertadora, crítica, reflexiva e dinâmica, onde homens e mulheres sejam sujeitos de sua própria história. (SANTA CATARINA, 1998, p. 92).

Deste modo, a profissão docente exige que o professor das escolas de educação básica e de redes privadas, analise quais são os caminhos que devem seguir para realizar Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018.– Curso de Pedagogia– UNESC

a sua prática escolar. Neste contexto, é fundamental que os professores consigam distinguir as diferenças entre os modelos de “ensinar” e compreendam quais as funções sociais de cada um deles, olhando para a melhor técnica e prática, para que o professor leccione nas salas de aula. Com efeito, o jeito com que os professores organiza as suas aulas, tem a ver com o tipo de metodologia que ele escolhe, entrecruzando com as concepções elencadas no Projeto Político Pedagógico – PPP de cada escola. Ao se tratar da prática escolar, Libâneo (1990) assegura que:

A prática escolar assim, tem atrás de si condicionantes sociopolíticos que configuram diferentes concepções de homem e de sociedade e, conseqüentemente, diferentes pressupostos sobre o papel da escola, aprendizagem, relações professor-aluno, técnicas pedagógicas etc. (LIBÂNEO, 1990, p.3).

Ao escolher o melhor caminho a percorrer para ensinar, Libâneo (1990) constata que atrás de cada prática, há um ato político que se configura em diversas formas de pensar o homem e a mulher que “eu quero formar” para viver na sociedade em que estamos situados. Para isso, os professores usam das tendências pedagógicas para estabelecer as relações entre professor-aluno, aluno-aluno, aluno-escola, fazendo o uso de técnicas e materiais didáticos para alcançar os seus objetivos enquanto construtores de cidadãos.

As tendências pedagógicas se constituem em modelos de ensino que baseiam a prática pedagógica dos professores, dentro de um objetivo que melhorar e qualificar o processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Libâneo (1990) “a classificação e descrição das tendências poderão funcionar como instrumento de análise para o professor avaliar sua prática de sala de aula.” (LIBÂNEO, 1990, p.5). Em outras palavras, é a partir da compreensão que o professor tem das Tendências Pedagógicas, que o mesmo desenvolve a avaliação do processo de ensino aprendizagem na sala de aula, seguindo os regimentos e as características fundamentais usadas em cada tendência.

Para Libâneo (1990), as Tendências Pedagógicas são caracterizadas por dois tipos de pedagogia: Liberal e Progressista, manifestadas em: “(a) *Liberais*: Tradicional;

Renovada Progressivista, Renovada Não Diretiva; e Liberal Tecnicista; (b) *Progressistas*: Libertadora; Libertária; e Crítico-Social dos Conteúdos.” (LIBÂNEO, 1990, p.5).

De acordo com Libâneo (1990) a concepção das Tendências Liberais, diferente do que a palavra representa não se relaciona a um condicionamento participativo e democrático, mas, prepara os alunos para viver em harmonia com as regras que visam o nosso regimento. Com efeito:

[...] os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual. A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difunda a idéia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições. (LIBÂNEO, 1990, p.6).

Deste modo, os indivíduos aprendem a se adaptar ao meio em que vivem nas condições que se encontra na classe social que pertencem. Neste sentido, a sociedade impõe um padrão já pré-estabelecido, a fim do indivíduo desempenhar esse papel atendendo os “valores e normas” da sociedade. De acordo com Libâneo (1990), as Tendências Liberais se manifestam como: Tradicional, Renovada Progressivista, Renovada Não Diretiva e Tecnicista.

Libâneo (1990) demonstra que a Tendência Liberal Tradicional se caracteriza por uma auto-realização do aluno, de modo com que não estabeleça relações entre os professores e os alunos. Libâneo (1990) diz que:

[...] a pedagogia se caracteriza por acentuar o ensino humanístico, de cultura geral, no qual aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço, sua plena realização como pessoa. Os conteúdos, os procedimentos didáticos, a relação professor-aluno não têm nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais. É a predominância da palavra do professor, das regras impostas, do cultivo exclusivamente intelectual. (LIBÂNEO, 1990, p.7).

Diante da concepção Tradicional que Libâneo (1990) nos apresenta, a escola tem por objetivo preparar o aluno para viver conforme rege as normas da sociedade. A aprendizagem se desenvolve sempre de modo repetitivo, através de cartilhas, sendo o aluno um agente “passivo” e o professor o centro do conhecimento. Com efeito, na Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018.– Curso de Pedagogia– UNESC

Renovada Progressivista se valoriza os conhecimentos individuais: aquilo que os alunos sabem junto às suas experiências. Libâneo (1990) diz que o aluno, “aprende a aprender”, e o professor vem a ser um auxiliador dos conteúdos, pois, a escola busca se adequar as necessidades individuais.

A Liberal Renovada Não Diretiva é “orientada para os objetivos de auto realização (desenvolvimento pessoal) e para as relações inter-pessoais, na formulação do psicólogo norte-americano Carl Rogers.” (LIBÂNEO, 1990, p.7). Em outras palavras, o papel da escola é propor a formação de atitudes por meio das relações interpessoais e baseia-se na busca de conhecimentos pelo próprio aluno.

Libâneo (1990) aponta que a Tendência Liberal Tecnicista volta à atenção dos estudos às técnicas e cartilhas, tratando-se também, como o centro do estudo, deste modo, o professor e o aluno são meros receptores das informações contidas nos livros didáticos. A preocupação se estende a atender as necessidades para o mercado de trabalho, que, segundo Libâneo (1990), visa a “arrebatar” as metas para a economia do sistema vigente.

As Tendências Progressistas não condizem com as ideias implantadas pelo sistema capitalista. Deste modo, Libâneo (1990), diz que a pedagogia progressista: “não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista; daí ser ela um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais. (LIBÂNEO, 1990, p. 20). Deste modo, a linha Progressista se preocupa com a realidade em que os sujeitos estão inseridos dentro de uma percepção crítica social.

Libâneo (1990), ao descrever que a tendência Progressista é um instrumento de luta, como dos professores por melhorias em seus salários, por exemplo, ambos, não são mais sujeitos que se deixam ser manobrados pelo Governo. Com efeito, o aluno possui com o professor uma relação de igual para igual, em que todas as opiniões são abertas para o diálogo, de modo com que o ser possa transformar a realidade em que vive. Contudo, Libâneo (1990) divide as tendências progressistas como: Libertadora (Paulo Freire), Libertária e Crítico-Social dos Conteúdos.

A Tendência Progressista Libertadora defende uma escola autônoma, que compreende “o anti-autoritarismo, a valorização da experiência vivida como base da

relação educativa e a ideia de autogestão pedagógica.” (LIBÂNEO, 190, p. 20). Com efeito, o papel de uma escola que segue a linha Libertadora sai de uma linha de ensino tradicional e desenvolve assuntos que embarcam com as realidades dos educandos, de modo com que o ensino tenha significado para cada um dos envolvidos.

Para Libâneo (1990) a aprendizagem é vista a partir de uma educação com problematização que viabilize a reflexão e a crítica, a partir de diálogos em grupos de educandos, através da mediação dos educadores. Dentro desta concepção de educação, a “prática educativa somente faz sentido numa prática social junto ao povo, razão pela qual preferem as modalidades de educação popular ‘não-formal’”. LIBÂNEO (1990, p.21). Essa modalidade de educação “*não formal*” apresentadas por Libâneo (1990) reforça a ideia que as escolas devem ser autônomas, e se autogerir trazendo as problemáticas do povo e da realidade da comunidade que estão inseridos, de modo com que possam mudar as suas realidades.

As tendências Libertárias vão de encontro com a Libertadora, pois as mesmas, segundo Libâneo (1990), dão “mais valor ao processo de aprendizagem grupal (participação em discussões, assembleias, votações) do que aos conteúdos de ensino.” (LIBÂNEO, 1990, p. 21-22). Deste modo, as vivências e discussões grupais, são importantes para o processo de ensino aprendizagem do educando, de acordo com a vontade e os interesses de determinados grupos. O educando passa a ter autonomia e ser reflexivo, e o educador auxilia a participação crítica. Há na sala de aula a livre expressão dos envolvidos no processo de ensino aprendizagem e os conteúdos não são exigidos como nas cartilhas, por exemplo. Contudo, mesmo que seja uma educação libertária, exige respeito entre as relações que se estabelecem na escola, e assim, sucessivamente para que não ocorra “*baderna*”.

A Tendência Crítico-Social dos Conteúdos, segundo Libâneo (1990) parte de uma concepção sócio-interacionista, que trabalha a partir das relações entre os sujeitos através das suas assimilações sobre as suas realidades. Conforme Libâneo (1990), a Crítico-Social dos Conteúdos propõe:

[...] uma síntese superadoras pedagogia tradicional e renovada, valorizando a ação pedagógica enquanto inserida na prática social concreta. Entende a escola como mediação entre o individual e o social, exercendo aí a articulação entre a transmissão dos conteúdos e a assimilação ativa por parte de um aluno concreto (inserido num contexto de relações sociais); dessa articulação resulta o saber criticamente re-elaborado. (LIBÂNEO, 1990, p.21).

Dentro desta perspectiva abordada por Libâneo (1990), a escola é um ambiente transformador e os conteúdos partem da leitura que os alunos e professores fazem do seu contexto social, trabalhando através de análises críticas, relações teóricas e práticas, as experiências e os saberes. O professor é quem media a aula e ambos, professor e aluno, possuem seus saberes primeiros que importam no processo de ensino aprendizagem, de modo com que o aluno se perceba como ser transformador na escola, em seu trabalho, nas relações de poder em sua comunidade.

Os professores das escolas de educação básica junto aos professores de rede privada precisam conhecer as tendências pedagógicas para que possam compreender como cada uma se desenvolve. Essas tendências servem como apoio para a prática pedagógica do professor, de modo com que analise qual é a melhor forma a se pensar para ensinar os seus alunos. De acordo com Libâneo (1990), ao trabalhar dentro de uma linha liberal, o professor deve usar as manifestações que a ela cabe: modos tradicionais, cartilhas, “decóreas”, memorização e não argumentar conceitos críticos. Do mesmo modo que, ao escolher a linha da pedagogia progressista, sócio-interacionista, voltada aos estudos de Vygotsky sobre as interações entre os sujeitos, não se pode misturar com as linhas tradicionais.

Por fim, é fundamental que os professores percebam quais as concepções de homem, de mundo, de escola, de jovem, de mulheres, de cidadãos que querem formar em nossa sociedade. Vivemos em um mundo completamente capitalista, em que as classes dominadas ainda exploram a mão de obra trabalhadora e, é na escola que se estabelecem as diversas visões de mundo e como podemos fazer para transformar/modificar a realidade em que os nossos alunos e nós, professores, somos inseridos. Assim, a partir de uma educação crítica e reflexiva, poderemos modificar o nosso meio e buscar a legitimidade dos direitos assegurados por leis que são exortadas em nosso País. Contudo,

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018.– Curso de Pedagogia– UNESC

é a partir dessas reflexões de mundo, que os professores e as escolas precisam pensar ao elaborar o PPP da escola, de modo com que reflitam, pensem e decidam o tipo de alunos que querem formar.

3 PPP NA PERSPECTIVA DE VASCONCELLOS

O PPP leva em seu nome o termo “político”, por se tratar da educação, visto que, somos seres políticos, possuímos nossas concepções e a defendermos. O mesmo nome, também vem a tratar a questão de que o PPP não é construído individualmente, mas sim, com todo o grupo escolar. Isso nos remete então, a participação política/qualidade política.

Segundo Vasconcellos (2000):

O projeto político pedagógico envolve também uma construção coletiva de conhecimento. Construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento. (VASCONCELLOS, 2000, p. 169).

Vasconcellos (2000) ressalta que o PPP é desenvolvido de forma coletiva, pois assim o conhecimento é construído juntamente com o outro. O mesmo ainda destaca que, planejar em grupo significa resgatar o seu sentido humano, haja vista, que é construído por pessoas, e também recuperar o sentido científico e libertador do projeto político pedagógico, visto que, se trata do conhecimento e a liberdade, não uma liberdade em sentido de que posso fazer tudo, pelo contrário, o PPP disponibiliza ao profissional que trabalha na instituição a liberdade de até onde se pode ir, o que se pode fazer o que não pode, e assim sucessivamente.

Conforme Vasconcellos (2000) o projeto político pedagógico é composto por três partes interligadas; o marco referencial/situacional, diagnóstico e a programação. O referencial é uma exposição da realidade que se quer construir, aonde se quer chegar, o situacional relata e reflete sobre a realidade que se tem hoje, o diagnóstico compreende o porquê é executado dessa maneira, o que falta e o que se pode melhorar para ter o que se

quer, e na programação descreve-se o que vai ser feito, a ação para diminuir a distância do que se tem para o que se quer alcançar. Os momentos que constituem o projeto político pedagógico são a “elaboração” (pensar), a “realização interativa” (aplicar o que foi decidido em conjunto) e a “avaliação” (faz a programação, mediação do que temos e do que queremos, verifica se o que pensou se concretizou e o que não se realizou).

O projeto político pedagógico é um projeto que intenta dar significado a prática de todos os agentes da escola. É o que ressalta o autor, Vasconcellos (2000):

O Projeto Educativo não é algo que se coloca como um “a mais” para a escola, como um rol de preocupações que remete para fora dela, para questões ‘estratosféricas’. Pelo contrário, é uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da escola. (VASCONCELLOS, 2000, p. 172).

Ou seja, de acordo com Vasconcellos (2000) o PPP não deve ser um problema ou empecilho para a escola. Deve ser sim, um porto seguro, que ajudará a resolver os problemas da instituição com uma maior facilidade. Sendo assim, a base que dará um sentido a ação de todos os integrantes das instituições.

O projeto político pedagógico é um trabalho em grupo, que deve ater-se aos princípios morais do todo, ou seja, não basta que o grupo fale por falar, e assim, escrever com belas palavras. O PPP, segundo Vasconcellos (2000), precisa ser ético, visto que é um método de transformação e evidencia o compromisso do grupo em que compõem a instituição. O projeto político pedagógico aponta para a autonomia da escola. Ressalta o autor Vasconcellos (2000), que:

Por outro lado, quando a escola despertou para a necessidade de se definir, de construir coletivamente sua identidade e de se organizar para concretizá-la, então o projeto pode ser um importante instrumento de luta e, inclusive, de denúncia, no caso de omissão da mantenedora. (VASCONCELLOS, 2000, p. 173).

Portanto, conforme Vasconcellos (2000), o projeto político pedagógico concede autonomia, garante à escola um instrumento de luta, desta maneira, um agente escolar pode denunciar uma omissão, caso a escola não esteja exercendo-o, por conseguinte, o Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018.– Curso de Pedagogia– UNESC

PPP dá suporte à ação de todos os que fazem parte dela. Contudo, é de fundamental importância que a instituição torne público o projeto político pedagógico, para o acesso de todas as pessoas, como por exemplo, disponibilizando no site, na biblioteca, num quadro síntese para explicitá-lo, dentre outros meios.

Segundo Vasconcellos (2000) o PPP deve corresponder a um desejo do grupo, que pode surgir entre a equipe de coordenação, professores, alunos ou até mesmo dos genitores. À vista disso, o projeto político pedagógico, como já evidenciado neste texto, não deve ser um empecilho, mas uma “tábua de salvação” para ajudar a resolver os problemas da instituição, por isso, ele vem a ser uma resposta aos anseios da comunidade escolar (coordenação, professores, alunos, pais etc.). Não há momento ideal para começar um PPP, é o que defende o autor Vasconcellos (2000): “A comunidade educativa vai aprender fazer Projeto Político-Pedagógico fazendo. Não devemos, portanto, cair no erro de ficar esperando o ‘momento ideal’, que, evidentemente, nunca chegará. ” (VASCONCELLOS, 2000, p. 176).

Logo, Vasconcellos (2000) vem a ressaltar que o grupo não deve esperar pelo momento ideal, pois não existe. Sendo assim, o PPP deve ser discutido com tempo, dedicação, e jamais deve ser visto como um bloqueio. Infelizmente, muitos fatores podem dificultar a elaboração do PPP, desde a questão física, por não haver um lugar adequado para a sua discussão, até as questões pessoais, em que os agentes são cômodos, ou tem pressa, por querer ser perfeccionista, a falta de esperança e confiança na instituição, o formalismo que é reduzir o projeto a passos inflexíveis, dentre muitos outros obstáculos.

Vasconcellos (2000) vem a discutir isso, na forma de que, como o brasileiro possui o ‘jeitinho’, os educadores em sua formação deixam-se levar por isso. Isso vem a dificultar a questão do enfrentamento dos conflitos enquanto agentes escolares. Porém, isso pode facilitar as críticas, uma vez que, não há argumento a quem dá um jeitinho para tudo, é preciso convicção e dedicação na elaboração de um PPP. Quanto a isso, Vasconcellos (2000) coloca que:

Nossa formação enquanto educadores, imersos no caldo cultural maior do país do 'jeitinho', da 'cordialidade', torna difícil o enfrentamento de conflitos. Preferimos, frequentemente, os 'panos quentes', o 'não é bem assim', o 'depois a gente se entende', o 'não era bem isto que queria dizer', etc. Por outro lado, ficamos muito susceptíveis à crítica: qualquer crítica feita é tomada como destruidora. (VASCONCELLOS, 1956, p. 180).

A avaliação possui um papel fundamental de mediadora no projeto político pedagógico, pois a mesma irá avaliar o que se construiu até certo momento. Podemos dizer que a avaliação possui o intuito de autocorreção. É o que diz Vasconcellos (2000):

A metodologia de elaboração do Projeto traz consigo o princípio da autocorreção: primeiro, a possibilidade de múltiplas versões a redação (até o grupo chegar a uma satisfatória), depois, o poder do Diagnóstico: aponta o que não está indo bem, permitindo alterações. (VASCONCELLOS, 2000, p. 200)

Assim sendo, a avaliação rege a possibilidade das alterações, haja vista que, é possível avaliar o que está contemplado no PPP, e o que não está. Enfim, a avaliação obtém a função de mediação entre o que pode ser alterado, dado que, o grupo precisa estar em constante discussão e automaticamente avaliando e reavaliando a elaboração do projeto político pedagógico.

Em suma, Vasconcellos (2000) diz que o projeto político pedagógico é uma construção coletiva, conseqüentemente corresponde ao processo histórico da instituição, um documento/registo histórico que precisa ser conservado, zelado para que se tenha acesso ao que mudou e o que permaneceu no decorrer de suas transformações. Entretanto, o PPP legitimado é aquele que se mostra nas práticas que as instituições desenvolvem e não somente o que está legalizado, por isso a necessidade de realizar o processo contínuo de avaliação, que colabora para seu aperfeiçoamento e redirecionamento as práticas escolares. A identidade da escola revela-se no seu projeto político pedagógico, em função disso não pode ser idêntico a outros PPP's, visto que, denota as particularidades de cada instituição.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Nessa seção serão apresentados os dados coletados na pesquisa a partir de três categorias de análise. Na primeira categoria, identificam-se quem são os sujeitos de nossa pesquisa e questões referentes à sua formação, na segunda, buscou analisar como os gestores das escolas compreendem a concepção de PPP, e na terceira, indaga como é construído o PPP nas instituições.

4.1 Sobre os sujeitos de pesquisa

Nesta categoria buscou-se analisar quem são os sujeitos de pesquisa e como os mesmos, organizam e participam da elaboração do PPP nas escolas em que trabalham. Deste modo, os sujeitos de nossa pesquisa foram os gestores, supervisores, coordenadores pedagógicos, que atuam nas escolas de Educação Básica, e Municipais e Privadas, da região do Extremo Sul Catarinense.

A pesquisa apresentou um cunho de abordagem quantitativa. Deste modo, primeiramente foi construído um questionário em conjunto na disciplina de Didática II, da 4ª fase no curso de Pedagogia da UNESC e um elaborado uma carta de apresentação para a aplicação dos questionários nas escolas. Neste questionário, foram utilizadas perguntas referentes ao Plano Político Pedagógico – PPP das escolas, de modo com que os graduandos elaborassem um panorama sobre as práticas e concepções do projeto educativo, no Extremo Sul Catarinense. Em um segundo momento, os graduandos de Pedagogia foram até as escolas e buscaram os seus agentes de pesquisa, de modo com que eles preenchessem o questionário da melhor forma, respondendo às perguntas propostas e contribuíssem para com a análise dos dados.

Ao compreender em que rede os sujeitos de pesquisa atuavam, percebemos que, quanto à rede de ensino, dos oito entrevistados: um pertence à rede privada, três a rede estadual e quatro a rede municipal de ensino. Quanto ao tempo de serviço dos envolvidos, é possível analisar que duas possuem aproximadamente 12 anos de trabalho, e as demais entre 17 e 41 anos. Ao verificar as formações iniciais dos entrevistados da pesquisa, um possui graduação em Artes Visuais, dois em Letras, quatro em Pedagogia, um em História

e um em Geografia. Contendo formação continuada, quatro possuem pós em gestão escolar, três em psicopedagogia, um em práticas pedagógicas, dois em fundamentação da educação e um em biblioteconomia.

Ao questionar se todas as instituições possuem o PPP nas escolas de modo atualizado e disponibilizado para a comunidade escolar, todos afirmaram que possuem o documento na escola e que há atualizações em todos os anos.

Percebeu-se que o projeto é elaborado com espaço de tempo maior, mas que em todos os anos há uma atualização com novos planejamentos e atividades para determinado ano. Ainda que em grande parte das escolas a atualização aconteça anualmente, quatro já possuíam atualização do ano vigente (2017), três se encontravam com as atualizações de 2016 e uma delas estava em processo de atualização para este ano. Em suma, quanto à participação na elaboração do PPP da escola, todos os gestores, supervisores e coordenadores pedagógicos respondentes do questionário, afirmaram ter participado da construção da unidade escolar que atua ou de outras elaborações em outras unidades de ensino.

4.2 CONCEPÇÕES DE PPP

Nessa categoria de análise buscou-se discutir as concepções de PPP segundo os sujeitos de pesquisa. Entende-se que segundo Vasconcellos (2000) o PPP é:

O projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. (VASCONCELLOS, 2000, p.169).

Deste modo, ao questionar sobre o PPP os entrevistados E1, E2, E5, E6 e E8 fazem a colocação de que, para eles, é um documento que rege as normas e as ações da unidade escolar. Vejamos:

É o documento que norteia todas as ações da escola. [E1].

PPP é um documento que direciona as ações da escola. [E2].
É o plano da escola, o que rege a escola. [E6].

As entrevistadas E3, E4 e E7 acrescentam que além de nortear as regras e normas da escola, o PPP indica também, a direção que os pais, os alunos e funcionários devem seguir conforme as normas da escola, de modo com que se expanda a toda comunidade escolar. Assim sendo, a E7 demonstra este conceito que as E4 e E4 colocam, de modo que o “PPP é o documento que norteia toda a escola, indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também, funcionários, alunos e famílias. Define e organiza as atividades educativas. [E7].

Ao se tratar do PPP como um processo de planejamento participativo, Vasconcellos (2000) demonstra que é fundamental que todas as pessoas da escola e todo contexto escolar, como: direção, coordenação pedagógica, professores, pais, alunos e funcionários participem da construção do PPP na escola. Dentre os 7 dos 8 sujeitos envolvidos na pesquisa, demonstraram que nas escolas que trabalham há a participação de todo o contexto escolar, tanto para o planejamento macro da elaboração do projeto quanto para as atualizações anuais. Neste sentido, a E3 demonstra esse dado: “a participação na elaboração do documento envolve coordenação, gestão, professores, pais, funcionários. (Todos os envolvidos no processo escolar).” [E3]. Na resposta colocada pela E8 há uma divergência, ao que diz respeito à participação de pais e alunos nas atualizações do PPP anualmente. Vejamos: “Professores, direção, secretárias, especialistas. Já houve participação de pais e alunos (quando o documento foi elaborado).” [E8]. Deste modo, anualmente, só a direção, a coordenação pedagógica e os professores participam das atualizações.

Vasconcellos (2000) destaca em sua pesquisa a importância do PPP nas instituições, pois é base que norteia as atividades na unidade escolar, seja nas escolares de rede pública, municipal e privada. O PPP “é um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. ” (VASCONCELLOS, 2000, p. 169). Deste modo, a partir do documento do PPP elaborado pelas escolas é que

se determinam os objetivos, metodologias e a avaliação no processo de ensino aprendizagem da escola. Entrecruzando com o que Vasconcellos (2000) diz, a E7 demonstra que “a construção do PPP é peça fundamental no planejamento das escolas, em seus vários níveis e modalidades. “É o PPP que irá demonstrar o que a escola idealiza, quais suas metas e objetivos e quais os possíveis caminhos a construir”. [E7].

Neste contexto, ao se tratar da importância do PPP para os sujeitos da pesquisa, os entrevistados E2, E3, E4 e E7 trazem o projeto como uma ferramenta importante que norteia a prática escolar, bem como do planejamento até as ações e avaliações da escola. Vejamos as seguintes colocações:

O PPP é um documento muito importante, pois nele podemos encontrar todas as ações que a escola realizara naquele ano, bem como, projetos, metas, planos de funcionários, entre outros. [E2].

Ele passa a ser um resumo uma direção. É o documento norteador para as ações da escola. Um grande documento de organização gestão escolar. [E4].

Os E1, E5 e E6 apontam o PPP como o documento mais importante da escola. Assim sendo, a E1 constata essa afirmação, levantando o seguinte dado: “é o documento mais importante de toda a escola.” [E1]. E a E6 demonstra que através do PPP é que se orientam os caminhos pedagógicos da escola, pois sem o mesmo, “não tem como a escola caminhar.” [E6]. Além disso, a E8 acrescenta que o PPP “deve estar atualizado com a legislação vigente” [E8], e que, em qualquer atualização na legislação o PPP deve ser alterado.

Ao se tratar dos tipos de tendências pedagógicas Libâneo (1990) apresenta-as em duas linhas: liberais e progressistas. Dentro da linha liberal destacam-se as metodologias tradicionais, renovada progressivista, renovada não diretiva e tecnicista e na linha progressista, destacam-se as metodologias libertadoras, libertárias e crítico social dos conteúdos. Ao questionar aos entrevistados a respeito de que tipo de educação a escola defende no PPP, grande parte demonstra que seguem a linha progressista, de Vygotsky. A E3 demonstra que na escola em que atua a educação é “pautada em princípios filosóficos do histórico cultural, entendendo o ser humano fazendo história e ao mesmo tempo sendo determinado por ela. Concepção comprometida com o processo de apropriação e reestruturação do conhecimento.” [E3]. As E4 e E7 também trazem essa

colocação em relação ao tipo de educação defendida na escola. A E2 e E5, também fazem a mesma colocação, dentro das teorias de Vygotsky, relacionando ao interacionismo. Vejamos as seguintes colocações: “Defendemos o sócio-interacionismo como linha metodologia.” [E2].

As entrevistas E6 e E8 se opõem a linha de educação que as E3, E4 e E7 defendem, pois estão associadas à linha liberal. Destacam que nas escolas em que atuam, não há “baderna”, de modo com que seguem a metodologia tradicional de ensino, assim como demonstra a E8 em sua escrita: “Segue a linha tradicional, valores tradicionais”. [E8]. Ainda, para a E1, a escola cujo trabalho defende que a escola deve ser “pública, gratuita e de qualidade, dando condições de aprendizagem em todos os níveis da Educação básica.” [E1]. Contudo, Libâneo (1990) constata que “tais tendências se manifestam, concretamente, nas práticas escolares e no ideário pedagógico de muitos professores, ainda que estes não se deem conta dessa influência.” (LIBÂNEO, 1990, p. 6). Em outras palavras, Libâneo (1990) menciona que muitos professores afirmam que não seguem uma linha específica, mas sem que percebam acabam por defender um tipo de concepção a seguir.

Entretanto, Vasconcellos (2000) chama atenção para as divergências que a escola deve superar na elaboração do PPP. Deste modo aponta as dificuldades que podem se apresentar na elaboração do PPP. Tais quais:

Comodismo por parte dos sujeitos: não quererem a desacomodação que poderá vir em decorrência da concretização das ideias ali colocadas;
Imediatismo: ter pressa, não querer ‘perder tempo’ com as discussões; achar que não há necessidade de fazer a elaboração teórica, que se deveria ir direto à ação;
Perfeccionismo: querer chegar a um texto extremamente preciso e correto;
Falta de esperança/ confiança na instituição: ‘não adianta falar que nada vai acontecer mesmo...’;
Formalismo; perigo de reduzir o Projeto a uma sequência de passos, a simplesmente elaborar um documento, sem vida, sem significado, sem envolvimento com as ideias, com as propostas;
Mera reprodução do novo senso comum pedagógico;
Nominalismo; achar que definir uma linha de trabalho para a escola é se ‘filiar’ a alguma concepção corrente (educação libertadora, construtivismo, etc.);
Falta de experiência na caminhada comum enquanto grupo; a rotatividade das pessoas na instituição;

Falta de condições de espaço- tempo para o encontro, reflexão, elaboração e acompanhamento;
Falta de exercício democrático na escola. (VASCONCELLOS, 2000, p. 180-181).

Com base em Vasconcellos (2000), é possível observar as dificuldades na elaboração do projeto político pedagógico, a falta de participação (é preciso dar condições para construí-lo), o comodismo das pessoas ou a “fala” de nada vai acontecer (para que isso não aconteça, é essencial a preparação e avaliação que mostra os resultados e assim explícita à importância do mesmo), a falta de paciência entre os colegas na elaboração, perfeccionismo, a rotatividade de funcionários (o ideal é consolidar um grupo com os mesmos objetivos), dentre outros obstáculos citados a cima que se pode apresentar ao decorrer da organização do PPP.

A partir deste parâmetro, pode-se observar nas respostas dos entrevistados E1, E2, E3, E5, E6, E7 e E8 que, para superar essas divergências, se pautam do diálogo, que parte dos próprios participantes que estão elaborando o PPP. Vejamos o E1, diz que: “com diálogo e entrando em consenso com a opinião da maioria” [E1], e o E7 faz a seguinte colocação: “supera bem, acontecem às discussões, depois há um consenso p/ o bem da escola. [E7].”

A E4 acrescenta que além do diálogo, as ideias que os participantes trazem são comparadas e consultadas à legislação, como podemos ver em sua resposta: “Também colocamos em votação, respeitando a decisão da maioria desde que esteja em conformidade e com a legislação.” [E4].

Podemos constatar a partir das respostas dos entrevistados, entrecruzando com as ideias de Vasconcellos (2000) que, o PPP é um documento que norteia e orienta as atividades desenvolvidas na instituição e sustenta o processo de ensino aprendizagem. Conforme a análise com base nas respostas de parte dos entrevistados, o PPP é a identidade da escola que define a concepção que a mesma segue, é vital que sua construção seja coletiva, sem frases prontas “copiadas” e se basear nos princípios, não em tendências pedagógicas. Precisa-se de rigor, participação e avaliação na construção do projeto, uma organização com seriedade e compromisso. Para construir uma sociedade

mais justa, é preciso participar do projeto. A participação da comunidade escolar na elaboração do projeto é um exercício democrático, dentro de dimensão ética da atividade educativa. Deste modo, o PPP deve oferecer autonomia em questão para a elaboração e construção participativa. É preciso preparar os sujeitos para a elaboração do mesmo, com organização, planejamento, parâmetros para fazer suas análises, o diretor pode levar uma proposta, no entanto, abrir possibilidades para todos, dentro de uma proposta interativa em sua construção, modificação, aplicação e avaliação anual.

4.3 PPP EM MOVIMENTO

Posteriormente ao analisar as concepções do PPP, foi indagado sobre como se manifestam essas concepções nos espaços de instituição educacional segundo os sujeitos da pesquisa.

Para Vasconcelos (2000) o PPP deveria ser posto em prática afim de que “o Projeto é justamente o Método que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, sistematizada, orgânica, científica, e, o que é essencial, participativa.” (VASCONCELLOS, 2000, p.172).

Dessa forma, foi possível perceber no questionário proposto aos sujeitos da pesquisa sobre como se dá à avaliação do PPP, já que, o mesmo visa à participação de todos envolvidos no processo. Vasconcelos (2000) assegura que não se deve ver o PPP de forma superficial, como se fosse algo a ser cumprindo na instituição. Mas uma ferramenta de trabalho que propicie o exercício das atividades pedagógicas e a colaboração de todo o corpo docente. Ou seja, “[...] é uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da escola” (VASCONCELOS, 2000 p.172). Nesse sentido, foi possível ver nos relatos dos entrevistados, acerca da participação no processo de avaliação.

Os entrevistados E1, E2, E3, E4 e E8, afirmam que a avaliação é conduzida de forma coletiva pela instituição e pelo conselho, e que os responsáveis a conduzir a mesma, são todos da equipe que compõe o corpo docente da instituição. Afirmam que o processo avaliativo ocorre por:

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018.– Curso de Pedagogia– UNESC

Conselho deliberativo, APP e comunidade escolar. [E1].
O PPP é avaliado pela equipe da escola no momento de sua atualização. [E2].
A avaliação do documento passa pela avaliação permanente de todos os envolvidos e sempre que necessária e cada ano. [E3].
A escola toda a equipe que elaborou. [E8].

Já a fala dos entrevistados E5 e E6 é de que o envolvimento é de toda comunidade no andamento da avaliação do PPP: “Todos da comunidade escolar.” [E5] e [E6].

O entrevistado E7 afirma que, são todos os que avaliam o PPP, e acrescenta que isso se dá em reuniões pedagógicas, a fim de reavaliar e pontuando as decisões certas e o que precisa melhorar, visando sempre nas soluções para as questões. Todos. Através de reunião, reavaliando o que deu certo, pontos positivos e negativos buscando soluções. [E7]. A fala do entrevistado E7, diz em outras palavras estar sempre problematizando a realidade, a fim de abordar soluções, vem a contextualiza o que Vasconcelos (2000) vem a confirmar. “Vale apenas lembrar que não basta o indivíduo estar fazendo; há que se analisar como está fazendo.” (VASCONCELOS, 2000, p.175). No apanhado geral desta questão, todos os entrevistados confirmam a participação no processo de avaliação do PPP.

Ao tratar do acesso que a instituição escolar o propicia ao PPP, é mencionada a importância de que toda a comunidade escolar juntamente como a gestão e o corpo docente na participação e interação do processo. Os entrevistados E1, E7 e E8 afirmam que o acesso ao PPP é disponibilizado em reuniões pedagógicas entre a comunidade pais, alunos e professores. O E2 acrescenta que além das reuniões pedagógicas, possibilita o acesso a pesquisa ao longo do ano letivo.

Nas reuniões de pais e mestres, nas assembleias com os alunos. [E7].
Reuniões pedagógicas. [E8].
Em reuniões com pais e alunos e equipe da escola. Durante o ano, ele também fica disponível para consulta. [E2].

No caso do entrevistado E6, sua fala diz que é disponibilizado o acesso nas reuniões pedagógicas e também em sala de aula, a fim de promover análise como os estudantes: “Apresenta em reuniões, estuda com os alunos em sala.” [E6].

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018.– Curso de Pedagogia– UNESC

Para o entrevistado E3, E4, E5 o acesso ao PPP é feito na escola e no espaço virtual, no endereço eletrônico, no blog e página da instituição. Como vimos:

O documento é disponibilizado na própria escola, como também no blog/página do colégio. [E3].

Temos uma cópia secreta da escola. Quando necessária também enviamos por e-mail. [E4].

Está impressa e no computador para livre acesso. [E5].

É nesse acesso propiciado pelas escolas, que traz transparência, credibilidade e ética, o que o PPP vem propor para a gestão escolar e todos os que estão envolvidos. Em relação à atualização do PPP, Vasconcellos (2000) visa à importância de em tempos em tempos, estar exercendo a atualização e assim por sua vez construído o projeto. Vasconcelos (2000) comenta que: “preferimos outro caminho, qual seja, a construção paulatina, o aperfeiçoamento progressivo, à medida que o grupo vai elaborando, realizando, avaliando e reelaborando seu Projeto. (VSCONCELLOS, 2000, p.177).

Os sujeitos da pesquisa E2, E3, E4, E5 e E7 afirmam atualizar anualmente o PPP, seja no início do ano letivo ou durante, e sempre que tem a necessidade de reprojeter.

Na semana pedagógica em fevereiro. [E2].

A reformulação do PPP geralmente acontece no início do ano letivo. [E4].

Anualmente. [E5].

O planejamento no início do ano letivo, em reuniões pedagógicas no decorrer do ano e sempre que fazer necessário. [E7].

O E6 confirma atualizar anualmente, porém não foi ainda este ano revisado detalhadamente. “Todo início é revisto o PPP, porém em nossa escola, nos últimos não foi registrado e vista com detalhes.” [E6].

Já o entrevistado E1 afirma que, além de atualizar nas reuniões pedagógicas, promovem questionários. “Reuniões pedagógicas e questionários” [E1]. Um fato que nenhum outro entrevistado mencionou, de modo com que as atualizações são feitas no “início do ano durante o ano, conforme a necessidade. E quando mudam as legislações.” [E8].

O que tem se percebido é a importância relevante da participação da comunidade escolar, da gestão e o corpo docente no processo de avaliação, acesso e ao documento e

atualização no PPP. Ambas, se dialogam e qualificam o mesmo, para o melhor andamento e para o sucesso do projeto.

Ao se tratar da atualização do PPP e seu respectivo arquivamento, os entrevistados E1, E2, E5, e E7 ressaltam que o PPP é registrado, arquivado, de modo digitalizado e impresso.

Os entrevistados E3, e E8, destacam que os registros das atualizações são feitos nas reuniões pedagógicas e lista de atas. E que todas as versões são arquivadas e ficam na secretaria da unidade escolar. Porém, o E4 nos mostra uma diferença neste quadro, pois o mesmo enfatiza que o PPP é exposto no “data show” da escola, e que após as discussões acerca do mesmo são feitas as alterações previstas. E o E5 relata em sua fala, que as atualizações do PPP da escola é feito em um novo documento, e após é repassado para a ata escolar.

Como podemos perceber todos os entrevistados em suas respostas, revela que praticam o arquivamento do documento (PPP), algo realmente muito importante, pois o PPP se trata de um documento que pode ser usado como um objeto de pesquisa. Por isso, a importância do seu arquivamento.

O PPP é constituído a partir de um trabalho coletivo, sendo assim, nossos entrevistados destacaram quais foram seus principais obstáculos encontrados na elaboração deste documento. O E2, E3, E4 e o E6, declaram que o maior vilão enquanto obstáculo é o tempo, dessa forma, vem a dificultar o agrupamento de toda a comunidade escolar na elaboração do PPP.

O E1 se distingue dos citados anteriormente, e o mesmo sintetiza que os obstáculos são o levantamento dos dados para compor o PPP, e a participação dos pais. O E5, diz que no momento não há, pois já está construído. O sujeito E7, resume que a construção do PPP para ele é de forma tranquila, pois já se tornou uma prática. Já o entrevistado E8, relata que a discussão de ideias é o maior obstáculo, visto que, o grupo tarda a chegar num consenso final.

Vasconcellos (2000) vem a tratar sobre os obstáculos na construção do PPP:

Quando a instituição deve desencadear a elaboração do Projeto? Entendemos que o Projeto deve ser iniciado quando houver por parte da instituição o desejo,

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018.– Curso de Pedagogia– UNESC

a vontade política, de aumentar o nível de participação da comunidade educativa, o real compromisso com uma educação democrática (decisão política da direção/mantenedora e da comunidade – momento em que decide assumir efetivamente uma nova prática). (VASCONCELLOS, 2000, p.176).

Ou seja, Vasconcellos (2000) explana que é preciso que nós enquanto educadores com os impasses que bloqueiam a edificação do PPP, portanto, devemos priorizar o documento que norteia todas as ações da unidade escolar. Seguindo esta linha de raciocínio, os sujeitos de pesquisa responderam sobre de que forma o PPP colabora no seu planejamento. Os entrevistados E5, E8 e E7, explicam que os seus planejamentos são baseados totalmente no PPP, pois é o documento que norteia todas as disciplinas escolares.

Já os entrevistados E1, E2, E3, E4 e E6, explicitaram que de forma geral, o PPP norteia todas as ações da unidade escolar, o que posso, e o que não posso fazer. Diferentemente dos E5, E8, e E7, que ressaltaram que o PPP contribui para o planejamento de aula dos mesmos, ou seja, de forma reduzida e específica.

Podemos evidenciar que a avaliação do PPP é algo que possui relevância, e que a mesma, a partir da fala dos entrevistados, é realizada de forma coletiva com todos os envolvidos da comunidade escolar. A avaliação consiste em fazer um diagnóstico constante das práticas escolares. Nesta mesma linha de pensamento, podemos perceber a importância da publicitação do PPP, ou seja, que todos tenham acesso a este documento identitário da unidade escolar, pois o mesmo poderá ser usado para evidências pesquisas, por isso, a importância de arquivá-lo. É importante a atualização constante do PPP, não basta apenas construí-lo e deixá-lo digitalizado ou impresso, é preciso que haja uma atualização constante do mesmo, visto que, anualmente os fatos escolares mudam. Cabe a nós educadores, vermos o PPP como um documento que ajudará na superação dos problemas, e não como um obstáculo. Devemos tentar ao máximo superarmos os obstáculos na construção do mesmo, desde a falta de tempo, até a questão das contradições de pensamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conseguinte, podemos evidenciar que o projeto político pedagógico é uma possibilidade de formação a todos os sujeitos, e que o mesmo não pode atender as necessidades só de um seguimento, portanto, não é voltado somente para o educando, mas precisa responder aos anseios de todos os agentes da escola, de forma participativa, democrática e de intervenção para a transformação da realidade. O PPP, como foi apresentado anteriormente, é o projeto norteador de todas as práticas da instituição escolar, sendo assim, os profissionais escolares devem sempre pautar as suas ações visando estar de acordo com o projeto político pedagógico e as respectivas tendências pedagógicas aderidas.

O PPP é instrumento de autonomia e significação da escola/instituição, ou seja, não deve ser visto como uma barreira para a comunidade escolar, no entanto, ele precisa sim, ser visto como um mediador dos papéis da instituição. É relevante destacarmos que o projeto político pedagógico é essencial para orientar a instituição escolar, por isso, a importância de discussão e avaliação constante do mesmo. Infelizmente, a comunidade escolar visualiza o PPP como uma barreira, algo irrelevante, ou ainda como algo que “ah tem mesmo que discutir isso?”. Entretanto, os mencionados anteriormente devem se ater que ele adiciona sentido e dá significado em toda a sua prática, seja ela docente, ou os profissionais que compõem a mesma, (coordenação, orientadores, serviços gerais etc.).

É imprescindível frisar, que o projeto político pedagógico revela a identidade da instituição escolar, visto que contém a concepção/tendência pedagógica, defendida, as decisões do grupo, relação com o que se possui e o que se espera construir, etc.. Logo, é importante a conservação de um PPP, dado que poderá futuramente ser usufruídos para evidências pesquisas, artigos, teses, doutorados, dentre outros, e também tornar fácil seu acesso, de forma com que, todos conheçam a personalidade da instituição escolar.

Por conseguinte, os educadores das escolas de educação básica junto aos professores de rede privada precisam conhecer as tendências pedagógicas para que possam compreender como cada uma se desenvolve e assim elaborar com a comunidade escolar um projeto político pedagógico que não se contraponha. Essas tendências servem como apoio para a prática pedagógica do professor, de modo com que analise qual é a

melhor forma a se pensar para ensinar os seus alunos. Uma tendência pedagógica não substitui a outra, porém, surgem em tempos diferentes, e possuem pequenas diferenciações que as personificam. Deste modo, ao trabalhar dentro de uma linha liberal, o professor deve usar as manifestações que a ela cabe: modos tradicionais, cartilhas, “decorebas”, memorização e não argumentar conceitos críticos. Do mesmo modo que, ao escolher a linha da pedagogia progressista, sócio interacionista, voltada aos estudos de Vygotsky sobre as interações entre os sujeitos, não se pode misturar com as linhas tradicionais, que visam o professor como o centro e o aluno apenas como um ser passivo.

Por fim, é fundamental que os professores percebam quais as concepções de homem, de mundo, de escola, de jovem, de mulheres, de cidadãos que querem formar em nossa sociedade. Vivemos em um mundo completamente capitalista, em que as classes dominadas ainda exploram a massa trabalhadora e, é na escola que se estabelecem diversas visões de mundo e como podemos fazer para transformar/modificar a realidade em que os nossos alunos e nós, professores, somos inseridos. Assim, a partir de uma educação crítica e reflexiva, poderemos modificar o nosso meio e buscar a legitimidade dos direitos assegurados por leis que são exortadas em nosso País. Contudo, é a partir dessas reflexões de mundo, que os professores e as escolas precisam pensar ao elaborar o PPP da escola, de modo com que reflitam, pensem e decidam o tipo de alunos que querem formar.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1990. Disponível em: <<[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Libaneo-Democratizacao-Da-Escola-Publica-a-Pedagogia-Critico-Social-Dos-Conteudos%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Libaneo-Democratizacao-Da-Escola-Publica-a-Pedagogia-Critico-Social-Dos-Conteudos%20(1).pdf)>>. Acesso em: 13. Abr. 2017.

SANTA CATARINA. Florianópolis. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Educação infantil, Ensino fundamental, Ensino médio. 1998. Disponível em: <http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/pdfs/PC_Temas_Multidisciplinares.pdf>. Acesso em: 08 maio 2017.



SABERES PEDAGÓGICOS

Revista do Curso de Graduação de Pedagogia - Unesc
ISSN 2526-4559



Unesc
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação



VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Projeto Político-Pedagógico: Conceito e Metodologia de Elaboração. **Planejamento:** Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000. Cap. 4. p. 169-201.